

TRADUÇÃO:



mulheresseajudam.org

Antecedentes e contextos

Um território comunitário se constitui sob um calendário e uma geografia específica, é neste tempo-espaço que quem o habita se desenvolve como ser social. Nas vozes de alguns povos indígenas latinoamericanos, o calendário que habitamos não conta com uma representação de tempo linear, mas com o passado e o futuro conectados, não somente uma latitude e longitude estabelecidas, mas também o fluxo de matéria dentro do universo.

Uma das grandes potencialidades da internet é que, embora sua base material tangível se encontra localizada em lugares específicos, a forma de habitá-la mantém o poder de romper com o linear do tempo, com a possibilidade de estabelecer uma espacialidade não restrita a uma latitude e longitude. É em essência um fluxo cuja construção é constante e interativa. Talvez é por tudo isso que as feministas foram pioneiras em habitar a internet, pela ausência de centralidade e a possibilidade de estabelecer estruturas rizomáticas com nós autônomos, com capacidade de criar, emitir, receber e distribuir informação¹. A internet constituiu uma maneira de "conectar habitações"², expor novamente o político do privado, e agregamos, abrindo novos caminhos para a sororidade.

O movimento pelo direito de decidir também habita o ciberespaço, tecendo redes nas quais flui informação, troca mensagens, debate e promove o conhecimento entre as comunidades. Porém, no desenvolvimento da internet existem restrições agora, tanto para a forma de habitá-la como as que impõem as legislações e os modelos de negócios. É evidente que a violência se expressa também no mundo "virtual", ultrapassa a barreira e se faz tangível de forma física na vida cotidiana.

Na América Latina e Caribe (ALC) a Saúde e os Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR) estão sob ataque. As pessoas que trabalham para permitir o acesso das mulheres a abortos seguros também estão sob ataque. As TIC e a internet³ têm se tornado vitais para organizar e documentar o trabalho de ativistas para defender a

1 Para conhecer mais sobre movimentos *hacktivistas* e a estrutura da internet, consultar Padilla, M. 2012 El Kit de Lucha por Internet. Traficantes de sueños.

2 Ver Zafra, R. 2010 Un cuarto propio conectado. Fórcola, Madrid.

3 Este informe utiliza a sigla "TIC e internet" para se referir à gama de Tecnologias da Informação e Comunicação, incluindo tanto as tecnologias digitais quanto as analógicas.

SDSR, apoiar as mulheres que procuram abortos seguros e combater os sentimentos de solidão e isolamento que enfrentam as pessoas estigmatizadas por escolher o aborto ou trabalhar a seu favor.

Este estudo⁴ se baseia em 55 testemunhos (38 respostas a um questionário online e 17 entrevistas em profundidade) e a análise de 14 sites pelo direito de decidir. As entrevistadas são ativistas pelo direito de decidir, tecnólogas e voluntárias que dão apoio direto, serviços e assessoramento a mulheres que buscam informações sobre abortos seguros.

Esta pesquisa conclui que a internet é uma ferramenta estratégica para seguir dando apoio às mulheres quando o apoio direto ou cara a cara são muito arriscados e submetem as ativistas a ameaças físicas ou psicológicas. No entanto, as formas de organização nos espaços digitais expõem as ativistas e suas redes a novos riscos e vulnerabilidades nas quais a falta de acesso a recursos de segurança integral prejudica suas capacidades de adotar coletivamente práticas seguras.

Sobre a estrutura deste estudo, a Introdução contextualiza a situação do aborto na ALC e detalha por que a internet é uma parte integral do trabalho das ativistas pelo direito de decidir. A Parte 2 fornece uma visão geral das oportunidades e desafios relacionados com seu uso das TIC e internet para organizar seu trabalho. A Parte 3 explora como as TIC são utilizadas estrategicamente para expandir e fortalecer o alcance de seu ativismo. A Parte 4 aborda os riscos e ataques que enfrentam. A Parte 5 discute como ativistas lidam com estes riscos e equilibram sua visibilidade com seu anonimato relativo. A Seção Final resume as conclusões chaves deste estudo. Finalmente, o Apêndice contém um glossário, assim como os detalhes da metodologia da pesquisa.

4 Esta pesquisa começou em 2015 com uma breve investigação sobre os ataques dirigidos contra ativistas pelo direito de decidir na ALC. Esta foi publicada na edição de agosto de 2016 do boletim *Arrow for Change*, "Sexuality, Sexual and Reproductive Health and Rights, and the Internet" disponível em http://arrow.org.my/wp-content/uploads/2016/08/AFC22_1-2016.pdf. A versão em espanhol do boletim está disponível aqui: <http://arrow.org.my/publication/arrow-change-sexuality-srhr-internet-spanish/>. Não há disponível tradução para o português.



Introdução

Dados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe da CEPAL⁵ sinalizam que dos 19 países do território, há somente quatro (Cuba, Guiana, Porto Rico e Uruguai) e uma capital, Distrito Federal (México) nos quais o aborto é permitido sob qualquer causa. No outro extremo, se encontram Honduras, El Salvador, Nicarágua e República Dominicana onde o aborto está penalizado em todas suas formas. Dos 12 países que permitem o aborto sob alguma causa⁶ (ou **abortos não puníveis**), Guatemala, Panamá e Venezuela o fazem somente quando a vida da mulher está em perigo. Este contexto, além disso, se vê mais problemático pois nos países onde há condições para realizar abortos não puníveis⁷ costumam ocorrer situações de estigmatização, violência e/ou criminalização no momento das mulheres requererem este direito.

“As mulheres violentadas, ou aquelas cuja vida ou saúde está em perigo, se vão ou pedem um aborto, normalmente não dão, e isso se dá por dois problemas sérios. Um é que os Estados priorizam suas crenças morais sobre o aborto e ninguém cumpre a lei. O outro é que as mulheres não sabem que têm direitos e que tem de exigí-los dos Estados”.

● (Entrevistada México)

Como bem apontam também as acadêmicas e ativistas Claudia Anzorena e Ruth Zurbriggen, “os processos de democratização latinoamericanos mantêm grandes dívidas com quem vivemos na região, e desde o ponto de vista das afetadas, essas dívidas são de especial significância em um contexto muito heterogêneo e desigual quanto a experiências de opressão reprodutiva entre as meninas, as migrantes, as com diversidade

5 <http://www.cepal.org/oig/>

6 As causas podem se referir a: perigo de morte para a mulher, estupro, inseminação artificial não consentida, saúde, alterações genéticas, causas econômicas.

7 Definição abortos não puníveis (ver glossário).

funcional, as presas, as vítimas de tráfico ou as refugiadas".⁸ Nesse mesmo sentido, diversos estudos⁹ indicam obstáculos de índole variada (morais, legais, financeiros, de infraestrutura) em situações de aborto. Estas travas violam várias das obrigações internacionais em matéria de Direitos Humanos que os Estados devem garantir, entre os quais se encontram o direito ao devido processo, à vida, à saúde, à integridade física e mental e ao estar livres de tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, o direito à igualdade e não discriminação, à privacidade, a viver livres de violência e à confidencialidade nos serviços de saúde.

Além disso, o acesso ao aborto seguro também está estreitamente relacionado com as políticas e ações contra a discriminação e para a igualdade. As vulnerabilidades associadas com o fato de ser uma pessoa jovem ou idosa, ser indígena ou afrodescendente, viver em um entorno rural, não contar com uma educação formal, todas marcas sociais que se interseccionam, estão estreitamente relacionadas com as barreiras para implementar estes direitos. A região não dá condições necessárias para que as mulheres exerçam seu direito a viver livres de violência devido à discriminação, ao sexismo e ao racismo profundamente enraizados, e aos altos níveis de pobreza.

O contexto é de especial gravidade devido a um recrudescimento da violência de gênero, que se expressa nas ruas com o aumento de feminicídios¹⁰ em todos os países da ALC. Além do mais, as ativistas entrevistadas para esta pesquisa apontam que o panorama atual está mudando, já que os governos e os grupos fundamentalistas que historicamente têm perseguido as mulheres aborteiras estão ampliando sua

8 Anzorena, Claudia y Zurbriggen, Ruth. "Notas para pensar una experiencia de articulación por la ciudadanía sexual y reproductiva: la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito de Argentina", 2016. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-48/notas-para-pensar-una-experiencia-de-articulacion-por-la-ciudadania-sexual-> Recuperado 26/07/2017.

9 Décima terceira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe". Montevideu, 25 a 28 de outubro de 2016, "Panel 3. Autonomía física, derechos sexuales y reproductivos", Ana Cristina González, Especialista, Articulación Feminista Marcosur, Colombia; "EXCLUIDAS, PERSEGUIDAS, ENCARCELADAS: El impacto de la criminalización absoluta del aborto en El Salvador", Centro de Derechos Reproductivos, 2013; "Acceso al aborto no punible en Argentina: Estado de situación", Asociación para los Derechos Civiles, 2015

10 Por exemplo, de acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em um informe difundido em outubro de 2016, cada dia existem ao menos 12 feminicídios na América Latina e Caribe (<http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37828573>).

perseguição, assédio e intimidação às ativistas e organizações de direitos de saúde sexual e reprodutiva.

Tantos os estados quanto os atores fundamentalistas tentam regular e controlar os corpos das mulheres através de ataques deliberados contra sua segurança e bem-estar. A discriminação baseada no gênero e a violência experimentada na internet também fomentam a violência nos espaços físicos. Por exemplo, na Argentina, as clínicas pró-escolha estão sujeitas a **escrachos**¹¹ – humilhação pública – e o paradeiro das clínicas geralmente é localizado por buscas online.

“Em Mendoza, em 2008 invadiram quase todos os consultórios de médicos que faziam abortos. Nesta ocasião, vencido pela situação, o único médico que fazia os abortos a um preço razoável e respeitando as mulheres, fechou e nunca mais abriu”.

● (Entrevistada Argentina)

Diante da experiência cotidiana de violência sistemática e estrutural, muitas mulheres latinoamericanas se organizam para criar redes de informação, apoio e solidariedade que permitam romper a sensação de isolamento ou de vergonha experimentadas pelas mulheres que querem abortar. Em troca por seu trabalho, estas ativistas enfrentam diversas expressões de violências e intimidação pelos meios digitais. Estas agressões podem incluir desde violência simbólica até abuso, chantagem, difamação, censura, roubo de informação, controle, vigilância, e ameaças de estupro ou morte.

¹¹ Todas as palavras destacadas neste documento estão incluídas no glossário técnico no final deste escrito.

*“Sobre os nossos desafios, temos três níveis de públicos: primeiro as mulheres, queremos chegar a elas, a todas. Também queremos chegar aos legisladores e digo eles porque são homens, o conceito da justiça e dos códigos penais são masculinos. O outro público seria a igreja. Falamos de **despenalização**, **descriminalização**, **desculpabilização**, mas há uma matriz cultural que nos culpabiliza, inclusive pelo trabalho que fazemos, por dar informação, por acompanhar...”*

● (Entrevistada Equador)

As redes de acompanhamento analisadas se destacam por algumas características comuns: são geralmente grupos informais que não contam com uma estrutura jurídica legal e estão compostas por mulheres que apostam na prática do feminismo como uma via para a autonomia e soberania sobre as decisões que dizem respeito aos corpos das mulheres. Por isso, desenvolvem práticas solidárias baseadas na confiança e na afinidade em virtude de formular soluções a situações de injustiça social que impactam primeiro às populações mais vulneráveis.

As particularidades e desafios destas redes, também chamadas linhas ou fones, deixam ver que suas dinâmicas estão baseadas no trabalho voluntário, geralmente auto-financiado e facilitado pelo uso de certas TIC entre as quais destacam o uso dos celulares (linhas de telefone para dar informação) e a participação em redes sociais de internet. Para muitas participantes dar informação e acompanhamento para um aborto seguro é uma das várias missões a cumprir. Tratam, além disso, de construir coletivamente uma rede feminista que se orienta não somente para **despenalizar** ou **desestigmatizar**¹² as mulheres que abortam, se não também chamar atenção sobre outros temas de justiça social de gênero.

12 Definição de desestigmatização (ver glossário).

“É uma rede de ativistas, não temos financiamento de nenhum lado, nós colocamos algo de finanças, temos recebido apoio de recursos técnicos, capacitação no uso de comprimidos, no tema do atendimento e acompanhamento”.

● (Entrevistada Honduras)

“Sempre enfrentamos problemas de financiamento. Por exemplo, os celulares precisam ser carregados com dinheiro, todo o tempo, e temos que pagar nossos próprios servidores de internet. Quer dizer que também para que essas novas TIC funcionem é necessário contar com financiamento, que muitas vezes saem de nossos próprios bolsos”.

● (Entrevistada Argentina)

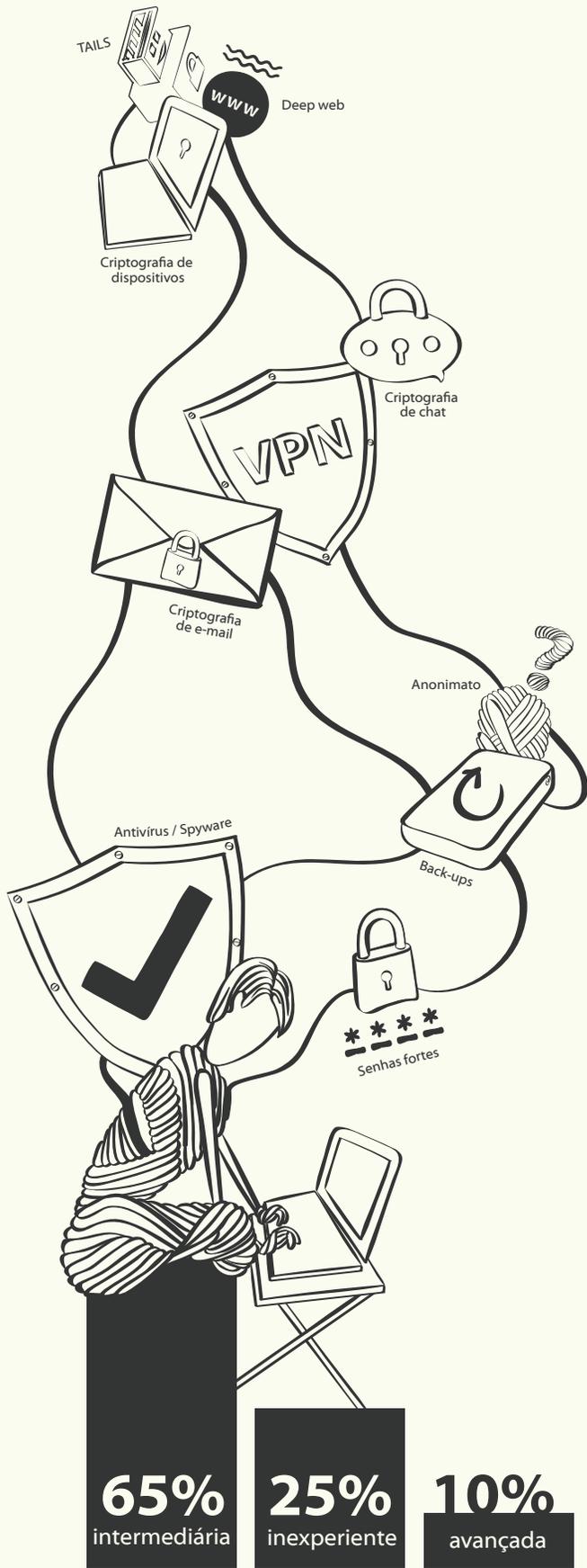
O coletivo Salud Mujeres¹³, uma rede de ativistas no Equador, diz que a informação muda a vida e salva vidas. Ao proporcionar informação essencial, como a forma de realizar abortos seguros em casa, proporcionam “alternativas reais para as mulheres” ao tomar decisões informadas para sua própria autonomia. Além de exigir a mudança legal e a despenalização, o coletivo também funciona como uma linha de ajuda que as mulheres, que de outra maneira não teriam acesso a informação crítica sobre seus corpos, possam ligar em certas horas e receber apoio.

A forte ênfase na solidariedade nas estruturas organizativas informais tem consequências em termos da forma em que se utilizam as TIC. Por exemplo, os telefones celulares e as redes sociais são usadas de forma voluntária e autogestionada para formar e entrelaçar um tecido feminista pela internet. Nesse sentido, o ativismo a favor do aborto proporciona um marco muito mais amplo para conseguir a justiça de gênero que inclui, mas não se limita à **despenalização** do aborto.

“As redes de apoio feministas entregam informação e métodos, orientam, acompanham e dão suporte às mulheres que abortam, devem seguir funcionando independentemente da legalização, porque têm outro propósito, que nitidamente o acesso ao atendimento na saúde não vai cobrir. Seria ideal que as redes de suporte ao aborto se coordenassem com outras redes, voltadas mais à sexualidade, ciclos reprodutivos, saúde das mulheres, anticoncepção, parto humanizado, etc.

● (Entrevistada Chile)

A seguinte seção abordará como as ativistas pró-direitos usam as TIC para realizar seu trabalho, seus desafios e oportunidades relacionadas.



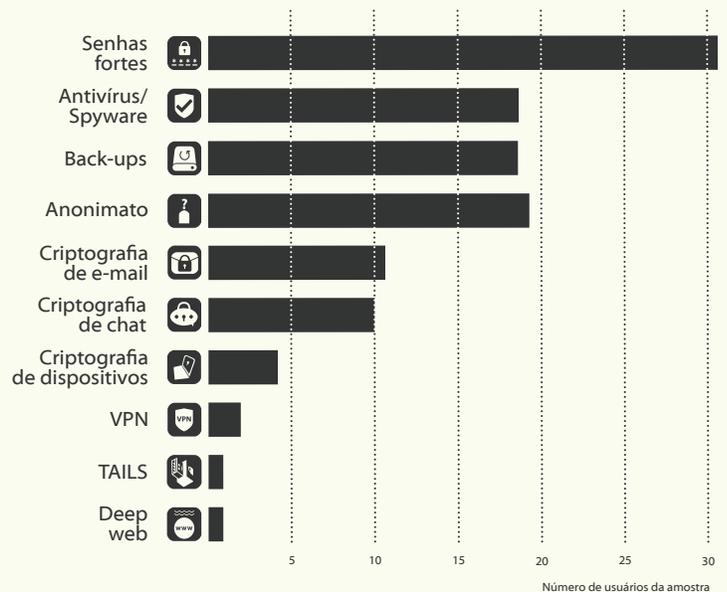
USOS DE FERRAMENTAS DIGITAIS

- Fornecer informações sobre suas próprias organizações / coletivas
- Difundir informação sobre aborto seguro
- Estabelecer comunicações pessoais com mulheres que requerem informação ou acompanhamento
- Fazer campanhas em redes sociais digitais
- Relatar experiências pessoais

USO DE SERVIDORES



FERRAMENTAS DE PRIVACIDADE E SEGURANÇA DIGITAL



Seção 2: Oportunidades e fragilidades de usar as TIC

“Usamos as TIC à moda antiga, nos encontramos, nos vemos, usamos códigos, fazemos somente atendimento direto às pessoas que querem abortar, é uma decisão política, todas fazemos no nível pessoal”.

● (Entrevistada Honduras)

“O papel das TIC é fundamental. Por exemplo, para a campanha nacional das Socorristas em Red, nos comunicamos por listas de e-mail. Somos organizações que estão presentes em várias províncias do país e somente nos vemos cara a cara uma vez por ano. Dependemos absolutamente da internet para nossa comunicação no dia a dia”

● (Entrevistada Argentina)

O uso de tecnologias de comunicação digitais se combina com tecnologias analógicas segundo o contexto e as necessidades, como por exemplo manter o segredo sobre o acesso a abortos seguros, ou sobre a distância geográfica entre as ativistas ou entre elas e as mulheres que pretendem acompanhar. Sobre quanto devem recorrer às TIC digitais para se comunicar entre elas e com as mulheres a quem acompanham, ocorrem cenários bastante diferentes.

Algumas redes estão compostas por mulheres que se encontram somente cara a cara esporadicamente, as razões do contato à distância se devem a motivos de segurança ou por viver em pontos distantes do mesmo território. Outras estão articuladas principalmente em ações presenciais e implicam um uso mínimo das TIC para a coordenação de ações. Finalmente, há quem somente troca informações por meio de alguma plataforma digital. Todas elas destacam que o uso das TIC e internet lhes permite expandir seu raio de ação e influência de forma complementar ao contato presencial.

Apesar disso, vários fatores demográficos e sócio-econômicos seguem tendo um papel ativo na brecha digital vivida por muitas mulheres. Mulheres adultas com poucos recursos econômicos frequentemente não tem acesso a telefones celulares *smart* conectados à internet e tudo isso limita o alcance do ativismo pelo direito de decidir. Mas, apesar de que a região da ALC ainda se caracteriza por baixos níveis de alfabetização digital, há um aumento nas taxas de conectividade da população urbana, em grande medida mediante o uso de telefones inteligentes (ou *smartphones*).

Esta tendência tem permitido a muitas mulheres estar *online*. Muito frequentemente isso também significa que a primeira experiência na internet se dá nas plataformas digitais de redes sociais onde se pode fomentar um entorno hostil e de assédio¹⁴. Assim como se converter em um fator de risco quanto à visibilidade da informação pessoal em relação à dificuldade de proteger sua privacidade, bem como a de seus contatos.

“Persiste uma brecha digital que reduz a ação destes grupos de apoio a certos setores sócio-econômicos e culturais de mulheres (pouca chegada às mulheres mais pobres, às indígenas, e às que não são jovens), o que tem a ver novamente com usar as tecnologias como fins em si mesmas e não como um meio para, por exemplo, romper o cerco social até a maioria das mulheres”.

● (Entrevistada Chile)

As entrevistas compartilham a visão de que o uso das TIC oferece novas formas de gerar e dividir informação útil, visibilizar e documentar suas lutas. Essas tecnologias, afirmam, também lhes permitem criar e comunicar novos imaginários e narrativas sobre o aborto, para colaborar na **desestigmatização** e a **despenalização** social. Muitas são conscientes dos riscos que correm no âmbito digital e conhecem as ferramentas para se proteger, mas asseguram que a falta de recursos e apoio dificulta a implementação de estratégias de segurança.

14 No capítulo recente dedicado à Colômbia, a Web Foundation assinala que as mulheres estão usando a internet para o entretenimento e para se conectar com pares e familiares e, em menor medida, para buscar oportunidades de formação e emprego, para encontrar informação sobre saúde e sexualidade, ou para se informar sobre seus direitos e como defendê-los. Veja Fundação Karisma “¿Cómo Usan la Web las Mujeres? Conozca el Informe 'Derechos de las Mujeres en Línea’, 21 de diciembre, 2015. Disponible: <https://karisma.org.co/wp-content/uploads/2015/12/DRECHOS-DE-LA-MUJER-EN-LINEA-colombia.pdf> . Consultado 07/07/2017. Veja também o informe global da Web We Want: World Wide Web Foundation, “Women’s Rights Online: Translating Access into Empowerment”, 20 de outubro, 2015. Disponible <http://webfoundation.org/about/research/womens-rights-online-2015/>. Consultado 07/07/2017.

Do presente estudo, baseado em questionários online completos por 38 ativistas pelo direito de decidir, e reforçados pela análise de 17 entrevistas qualitativas¹⁵, se deduz que as ativistas usam as TIC majoritariamente para dar informações sobre suas próprias organizações/ coletivas e difundir questões chave relativas ao aborto (que é, como fazer e relatos de experiências pessoais). Usam também para fazer campanhas em redes sociais digitais e, finalmente, para estabelecer comunicações pessoais com mulheres que requerem informação ou acompanhamento usando mensageiros de chat e chamadas telefônicas.

“Estamos trabalhando em rede e com contatos diretos, alguma vez nos reunimos para falar sobre o protocolo para usar o miso [...] mas basicamente estamos usando e-mails, o Whatsapp e o Facebook para nos comunicar”.

● (Entrevistada Nicarágua)

Dentre os serviços que as coletivas mais usam estão os *sites*¹⁶, as plataformas digitais de redes sociais, clientes comerciais de mensageiros, telefonia móvel e os e-mails gratuitos. Sobre as plataformas de redes sociais, estas contemplam geralmente o uso de plataformas comerciais como *Facebook* para a interação e o uso do *Twitter* se vincula mais à informação e criação de campanhas conjuntas. Quanto ao uso de telefonia móvel e aplicativos de mensagem instantânea como *Whatsapp* e *Telegram* orientadas sobretudo ao acompanhamento de mulheres à distância. Sobre às preferências relativas a plataformas não comerciais, se destaca o uso do *Riseup* como plataforma de ferramentas que oferece certos níveis de privacidade e **criptografia**.

15 Ver a Metodologia no final deste informe.

16 Para hospedar os *sites*, a maior parte das coletivas paga um servidor e um nome de domínio, ou DNS (ver glossário) próprios. Os *blogs* podem estar hospedados por provedores de terceiros intermediários.

No entanto, geralmente cada coletivo decide suas próprias regras quanto ao tipo de informação difundida, assim como também desenham o tipo de comunicação que se dará em cada canal e as ferramentas concretas que usarão para cada finalidade.

Sobre a análise dos 14 sites, se observa que em 12 casos o IP¹⁷ do servidor que usam se localiza nos Estados Unidos, um caso na Inglaterra e outro na Argentina. Em consequência, a hospedagem de seus conteúdos se encontram sob legislações que poderão ser adversas. Em seis casos, os domínios não tinham proteção para os dados do administrador do site, e nem sequer dos dados do responsável técnico. Se bem que, entre os sites estudados, a maior parte se enfoca em difundir informação, alguns sites dispõem de formulários que recolhem dados como e-mails ou telefones de contato, e alguns sites proporcionavam telefones de contato de ativistas por país.

Uma análise mais detalhada revela que um terço das consultadas conta com sites próprios, outro terço não conta com site próprio e a última terça parte somente conta com uma página no *Facebook* (*fan page*). Esta situação de dependência tecnológica, quanto a hospedagem da informação e a disponibilidade dos recursos, facilita que adversários possam se infiltrar e/ou denunciar suas páginas com o objetivo de conseguir que algumas sejam fechadas e, dessa maneira, se silenciem e percam seus conteúdos e listas de contatos.

Sobre as ferramentas de segurança, estas se enfocam principalmente no uso de antivírus e anti cavalos de troia¹⁸, geração de *backups* e senhas seguras. Praticamente a metade da amostra assegura usar ferramentas de navegação anônima (navegador TOR) mas a maioria usa Redes Virtuais Privadas¹⁹ (VPN por sua sigla em inglês), o TAILS ou a Internet Profunda (*Deepweb*).

17 Definição de IP (ver glossário).

18 Definição de anti cavalos de troia (ver glossário).

19 Definição de VPN (ver glossário).

20 Definição de Internet Profunda (ver glossário).

As ativistas entrevistadas se mostram muito conscientes de que as TIC e a internet não são neutras. Quer dizer que a percebem como fontes de novos riscos, inseguranças, violências mediadas ou amplificadas contra elas. Reafirmam isto considerando que um uso “pouco informado” ou “inexperiente” das TIC pode incrementar os riscos aos quais se enfrentam, assim como os perigos das mulheres que acompanham. Trabalhar em uma coletiva que carece de recursos tais como dinheiro, tempo, oportunidades de aprendizagem e formação implica em uma falta de predisposição para a adoção de ferramentas mais seguras, que compitam em acessibilidade e simplicidade de uso com as comerciais que estão usando atualmente.

Aprender a usar ferramentas ou plataformas mais seguras para se comunicar dentro da rede de ativistas pelo direito de decidir exige iniciar novos compromissos e atividades. Se percebe que as intenções por desenvolver práticas de auto cuidado digitais dentro das coletivas ou redes dificilmente podem abarcar todos os públicos a quem atendem: as mulheres que buscam informação sobre o aborto seguro. Como bem sublinha uma das entrevistadas:

“Quando uma mulher precisa fazer um aborto, a última preocupação é como pode criptografar suas mensagens de e-mail ou se pode navegar pela internet com TOR”.

● (Entrevistada Chile)

"É preciso criar informação com narrativas, porque agora quando se procura informação sobre aborto no Peru, nos primeiros resultados saem coisas terríveis dos pró-vidas e necessitamos posicionar melhor nossas narrativas para entender o aborto como uma decisão livre, não tem por que doer, gerar culpa, te fazer sentir como uma má pessoa ou uma mulher má"

● (Peru)

Novas narrativas / Imaginários

"O uso das redes sociais barateou os custos, a campanha #noalarticulo30 de 2010 foi mais cara, a de 2014 foi mais efetiva e muito mais barata"

● (República Dominicana)

Transparência / Viralidade

Colectiva
Feministas
Espacios
Genero
Sexuales
Mujeres
Aborto
Derechos
Información
Autonomia

"A tecnologia tem um lugar muito importante para a militância, porque é uma forma econômica de colocar nossas demandas em espaço público e tornar nossas ações conhecidas. Também ajuda às pessoas que têm inquietações semelhantes se apoiem e solidarizem de diferentes maneiras na causa, desde doando dinheiro até compartilhando publicações ou participando ativamente de coletivas feministas"

● (Argentina)

"As tecnologias estão tomando um papel central, porque permitem às mulheres conhecerem os grupos que fazem acompanhamentos com compromisso para acessarem abortos seguros. Eu acredito que isto vai levar a uma diminuição das complicações. Além disso, leva à desmedicalização do aborto, porque as mulheres podem fazer com maior autonomia em suas casas e depois recorrer aos médicos"

● (Argentina)

Campanhas / Militância

"O lugar das TICs é fundamental. Por exemplo na Campanha Nacional das Socorristas em Red, nos comunicamos através de listas de e-mail. Somos organizações que ativamos em todas as províncias do país, em muitas localidades, e nos reunimos presencialmente só uma vez por ano, por isso dependemos absolutamente da internet para poder nos comunicar no dia a dia"

● (Argentina)

Desestigmatização / Despenalização social

"Gostamos do trabalho cara a cara porque é ali onde você pode debater o que pensa, o que sabe sobre o aborto, quem te disse o que. Aqui é onde pode dismantelar mitos e sempre preferiremos essa opção no lugar da virtual. Para poder discutir um assunto que doí tanto e que amargou a vida de tantas mulheres. Para nós, Facebook e Whatsapp fizeram com que este tema seja mais acessível e possível para as mulheres, mas sempre tratamos de ter primeiro uma entrevista cara a cara e logo proporcionar um acompanhamento graças a essas ferramentas..."

● (México)

Desmedicalização / Autonomia

Melhor informação / Aborto seguro

Redes / Solidariedade

"Por Twitter é mais o tema político, estamos conectadas com a rede mundial de direitos sexuais e reprodutivos, circulamos notícias, tudo o que tem a ver com empoderamento, feminismo e aborto, movimentamos uma ou duas vezes por dia, mas sobretudo quando fazemos um twitaço"

● (Equador)

Ficha 3: práticas entrelaçadas

Seção 3 : Usos empoderantes das TIC para tecer redes de suporte

“Como grupo de acompanhamento a maioria das mulheres nos contatam pela internet e pelo boca a boca. Acredito que a internet potencializa o boca a boca, que sempre foi tão importante para nós”.

● (Entrevistada Argentina)

Enfrentadas a violência sistêmica e estrutural, muitas mulheres latinoamericanas se organizam para dividir, construir conhecimento e estabelecer redes de apoio e solidariedade. Das variadas formas de intervenção política na disputa pelo direito de decidir, se observa que as principais metodologias e formas de ação podem ser vistas sobrepostas. Uma via de ação consiste no trabalho para a consolidação de grupos que atuem politicamente para a legalização, a **descriminalização** e/ ou a despenalização social do aborto. Estas múltiplas opções podem se combinar entre elas ou se excluir segundo o contexto de estruturas de oportunidades políticas assim como o posicionamento político feminista das ativistas e suas organizações. Esta alternativa também aposta politicamente pelo *lobby* legislativo organizando campanhas e trabalhando em reportagens contínuas para informes, tais como CEDAW²¹, CAT²² e EPU²³.

Para além da criação de uma agenda política de pressão para representantes de diferentes instituições, também desenvolvem ações concretas para documentar e criar evidências sobre as consequências negativas da proibição do aborto e de como esta impacta de maneira desigual as mulheres segundo os grupos socio-econômicos e demográficos aos quais pertencem.

21 Por CEDAW se entende: a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher ou CETFDCM (também conhecida por sua sigla em inglês CEDAW). É um importante tratado internacional das Nações Unidas assinado em 1979, fruto do trabalho de anos realizado pela Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, que foi criada em 1946 pelo Conselho Econômico e Social da ONU (Fonte: Wikipedia).

22 Por CAT se entende: A Convenção contra a a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, é um dos principais tratados internacionais em matéria de direitos humanos contra a tortura. Foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1984, e entrou em vigor em 26 de junho de 1987, por ter alcançado o número de aprovações necessárias (Fonte: Wikipedia).

23 Por EPU se entende Exame Periódico Universal (EPU ou UPR por sua sigla em inglês, de Universal Periodic Review) é um mecanismo do Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas (ONU), em funcionamento desde 2005. Estabelecido pela Assembleia Geral, o EPU periodicamente examina a situação dos direitos humanos nos 193 estados membros da ONU.

Realizam, além disso, ações de acompanhamento daquelas reações conservadoras crescidas sob o argumento da “proteção constitucional da vida desde a concepção”. Denunciam a ausência de regulação sobre o exercício de objeção de consciência e o acionamento de setores que se defendem no “dever de denunciar” as mulheres que realizam abortos de maneira clandestina. Assim, também reclamam pela falta de protocolos ou guias técnicos sobre aborto legal e seguro^{24 25}.

"A tecnologia também tem um papel muito importante para o ativismo, porque nos permite por nossas demandas no espaço público e fazer visíveis nossas ações. Também alivia pessoas com situações similares a dar apoio e solidariedade de diferentes maneiras, desde doar dinheiro até compartilhar publicações e participar ativamente em coletivos feministas".

● (Entrevistada Argentina)

As coletivas e redes entrevistadas para esta pesquisa tendem a oferecer informação, orientação e mecanismos de apoio específicos. Muitas linhas de ajuda e *sites* dão informação adequada sobre o aborto seguro para que as mulheres possam tomar suas próprias decisões informadas e livres de estigma. Nesse sentido, uma parte muito importante do trabalho consiste em chegar até as mulheres, estimular interações cara a cara com elas e fazer um uso criativo das TIC para construir a solidariedade com as mulheres que enfrentam situações de isolamento e solidão resultantes do estigma social que rodeia o aborto. Como expressou uma das entrevistadas:

"Gostamos do trabalho cara a cara porque é ali onde você pode debater o que pensa, o que sabe sobre o aborto, quem te disse o que. Aqui é onde pode dismantelar mitos e sempre preferiremos essa opção no lugar da virtual. Para poder discutir um assunto que doi tanto e que amargurou a vida de tantas

24 Como é o caso do Perú, onde o aborto terapêutico é legal desde 1924 mas cujo protocolo foi desenhado até 2014.

25 Guía de incidencia para la promoción y defensa del derecho al aborto legal y seguro en Latinoamérica y el Caribe: guías metodológicas sobre Ecuador, República Dominicana y Chile”, CLACAI, 2016.

mulheres. Para nós, Facebook e Whatsapp fizeram com que este tema seja mais acessível e possível para as mulheres, mas sempre tratamos de ter primeiro uma entrevista cara a cara e logo proporcionar um acompanhamento graças a essas ferramentas digitais”.

● (Entrevistada México)

As entrevistadas ressaltam como as TIC e internet permitem desafiar o estigma associado com o aborto mediante a articulação de novas narrativas. Os testemunhos reunidos nesta pesquisa descrevem o empoderamento através das campanhas feministas online, nas quais mensagens humorísticas e criativas sobre o aborto substituem as mensagens de dor e culpa associadas tradicionalmente com este tema.

USO DAS TIC

E-MAILS



Gmail



E-mail Riseup



Listas de e-mail

REDES SOCIAIS



Twitter



Facebook



Chat em redes sociais

RiSEUP

we.riseup

MENSAGENS INSTANTÂNEAS



Whatsapp



Skype



Chats em grupo



Telegram



Signal

NA INTERNET



Google services



Sites



Portais informativos



Página informativa

TELEFONIA



Linhas telefônicas de ajuda



Telefones de escritório



Telefones móveis



SMS

ATIVIDADES



Projeções



Encontros de conscientização



Debates

SITUAÇÃO LEGAL

- I** Sistema de saúde pública legal, sem restrição de causas
- II** O aborto só é permitido para proteger a vida e a saúde física da mulher, se a gravidez é produto de um estupro, ou por inviabilidade do feto
- III** O aborto só é permitido se a vida da mulher corre perigo, e em caso de que uma mulher com deficiência mental tenha sido estuprada
- IV** O aborto só é permitido para proteger a vida e a saúde física da mulher, ou se a gravidez é produto de um estupro
- V** O aborto só é permitido para preservar a saúde mental da mulher e sua saúde física
- VI** O aborto só é permitido para salvar a vida da mulher
- VIII** O aborto está proibido em toda circunstância

RISCOS

- a.** Nenhum risco relatado
- b.** Perseguição ideológica
- c.** Doxxing (vazamento de informações pessoais de ativistas)
- d.** Roubo de informação para criminalizar mulheres que abortam ou acompanham

- e.** Acesso à informação sensível da organização pelo governo ou grupos conservadores
- f.** Impunidade aos crimes de ódio e feminicídio

ATAQUES

- Nenhum ataque relatado
- Hackeamento de site
- Clonagem do blog
- Denúncias dos blogs
- Hackeamento de contas em redes sociais
- Censura na internet
- Malware/ phishing personalizado
- Denúncias de contas em redes sociais
- Perda de informação por denúncia
- Vigilância em redes sociais pelo governo e grupos anti-direitos
- Abuso e intimidação nas redes sociais
- Posicionamento alto nas pesquisas do Google de páginas sobre aborto de grupos anti-direitos
- Grupo anti-direitos simula ser um grupo pelo direito de decidir
- Telefones grampeados

- Queda do número de telefone usado por linhas telefônicas de ajuda
- Ameaças de grupos fundamentalistas
- Demissões de empregos
- Ameaças diretas pela polícia
- Ameaças de grupos fundamentalistas pelas linhas telefônicas de ajuda
- Desinformação sobre aborto e misoprostol (informação falsa e insegura sobre aborto)
- Investigação fiscal por produção de informação sobre o aborto
- Campanhas de desinformação e difamação a ativistas pelo direito de decidir
- Ações públicas de hostilidade contra ativistas e mulheres políticas
- Denúncias em hospitais
- Vigilância das organizações (mas não tanto individuais)

PAÍS / CAUSAS	LEGAL	USO DAS TIC	RISCOS	ATAQUES
URUGUAI	I		b.	1.
MEXICO (DF)	I		a.	1.
COLÔMBIA	II		a.	2. 11. 16.
CHILE	II		b.	8. 9. 10. 18. 23.
EQUADOR	III		c.	13. 14. 15. 19.
MÉXICO	IV		a.	1.
ARGENTINA	IV		e.	4. 6. 8.
BOLÍVIA	IV		a.	5. 11. 17.
BRASIL	IV		b.	20.
PERU	V		b. d.	2. 3. 8. 11. 12. 17. 21.
GUATEMALA	VI		a.	16. 22.
REP. DOMINICANA	VIII		a.	7. 10. 14. 23.
HONDURAS	VIII		b.	24. 25.
EL SALVADOR	VIII		f.	5. 8. 10. 23.
NICARÁGUA	VIII		f.	5. 8. 10. 23.

Seção 4: Na fronteira nublada do risco e os ataques

O uso das TIC se relaciona com os ataques e riscos percebidos ao longo de um universo amplo de objetivos políticos e variadas oportunidades para as ativistas pelo direito de decidir. Neste marco analítico é importante diferenciar os riscos percebidos dos ataques, já que os primeiros resumem os temores ou a percepção dos riscos razoáveis aos quais acreditam estarem expostas as ativistas. Os ataques, por outra parte, expõem como seus adversários levaram a cabo ações ofensivas contra elas, mostrando ações que já aconteceram.

O horizonte político está marcado por uma multidão de adversários e processos fortes de estigmatização. Existem, conseqüentemente, riscos derivados das ações desenvolvidas pelas próprias ativistas, seus coletivos e as redes de afinidade. A expressão “É tão segura como a pessoa menos segura de sua rede” permite ressaltar nestes casos a importância da adoção de práticas de segurança coletivas. O trabalho com ativistas e defensoras dos Direitos Humanos sobre a adoção de novas práticas seguras no uso das TIC e internet obriga a mudar o foco, tradicionalmente posto no individual, para incluir também as coletivas e redes de afinidade e ação²⁶.

Isto se deve a que todas as atividades online deixam rastros que só podem ser prevenidos ou minimizados prestando uma atenção especial ao funcionamento e configuração das ferramentas e dispositivos. Por outra parte, as legislações de internet fazem cada vez mais difícil manter um anonimato relativo na internet. Além do mais, as regulações estabelecidas pela Corporação da Internet para a Designação de Nomes e Números (ICANN por suas siglas na internet) para o registro de dados pessoais dos proprietários legais de um domínio que aparecem no sistema WHOIS²⁷ e no do DNS requerem os seguintes dados – nome, endereço, e-mail, número de telefone e contatos técnicos e administrativos – e mostram a localização geográfica dos servidores onde se encontra alojado o domínio.

²⁶ A pesquisa da Tactical Tech por parte de Becky Kazansky discute este elemento com maior detalhe: *Security in context: Learning how HRDs learn digital security practices*: <https://secresearch.tacticaltech.org/study-1>

²⁷ Definição WHOIS (ver glossário)

Esta dificuldade para manter certos níveis de privacidade e anonimato deve ainda ser entendida em um contexto como o da ALC no qual a vigilância das ativistas e defensoras por parte dos Estados tem sido frequentemente documentada²⁸.

Além disso, as ferramentas nunca são suficientes e são os processos sociais os que marcam a diferença e permitem construir verdadeiros protocolos coletivos de segurança. O fator humano permite entender por que ainda existem travas na aquisição de tais práticas: é preciso considerar motivos psicológicos, emocionais e sociais já que explicam a maioria das falhas e erros de segurança²⁹.

Sobre a percepção de seus riscos por parte das ativistas, podemos notar dois fatores. Em primeiro lugar, o medo de que seus adversários interceptem dados confidenciais delas e das mulheres que apoiam, o que poderia conduzir a sua criminalização ou perseguição ideológica. Em segundo lugar, as consequências inesperadas que podem acarretar os **metadados**. A informação que está associada com nossas atividades digitais pode se converter, para os intermediários de dados³⁰ e os governos, em novas formas de vigilância, assim como na possibilidade de implementar novos tipos de discriminação seletiva. Isto significa que as ativistas devem ter cuidado com os rastros que deixam enquanto se organizam, porque os **metadados** que hoje parecem inofensivos poderiam colocá-las em risco no futuro se ocorrerem mudanças nas legislações, ou na regulação e nos modelos comerciais das plataformas digitais.

Nos países onde o aborto está restrito ou totalmente proibido, as ativistas enfrentam a um conjunto de ataques por parte dos governos e de grupos fundamentalistas anti-direitos. Alguns ataques são feitos de forma simples e somente requerem ações coordenadas entre várias pessoas, por exemplo campanhas de abuso ou desprestígio *online*, denúncias de seus conteúdos e perfis em plataformas, fazer públicas informações pessoais, o roubo de suas contas ou de sua identidade e a censura de *sites*.

28 Existe evidência bem documentada de quem alguns governos da ALC compram software e hardware de vigilância (ver<https://es.globalvoices.org/2016/09/20/el-gobierno-mexicano-nuevamente-adquirio-costoso-software-de-espionaje-e-n-secreto/> e <https://www.derechosdigitales.org/wp-content/uploads/malware-para-la-vigilancia.pdf>)

29 A "segurança integral" é um projeto de pesquisa feito pela Tactical Tech e seus parceiros, a ser acessado aqui <https://holistic-security.tacticaltech.org/>. A tradução em português foi realizada pelo Coletivo Mar1sc0tron: <https://mariscotron.libertar.org>.

30 Por exemplo empresas provedoras de serviços online, plataformas de redes sociais, negócios tipo *data brokers* que se dedicam a comprar, coletar e vender dados a terceiros com finalidades comerciais ou de vigilância, etc.

Outros tipos de ataques requerem mais infraestrutura humana e técnica, como por exemplo promover infecções com *malware* e *spyware*, táticas de desinformação nas ferramentas de busca, clonagem de sites e serviços online dirigidos a mulheres que buscam informação sobre aborto seguro e acabam sendo orientadas para conteúdos produzidos pelos **anti-direitos**.

Sobre ataques fora da internet, encontramos vigilância física, **escrachos**, demissões do trabalho, ataques verbais e agressões físicas como parte das táticas comuns usadas contra as ativistas pelo direito de decidir. Estas táticas exemplificam como as violências online e fora da internet se encontram em sequência e se complementam entre si. A intensidade e frequência dos ataques também está relacionada com o contexto político e qual nível na agenda política se encontra o debate sobre o direito ao aborto.

Seção 5: Anonimato versus visibilidade

"Para a gente, o paradoxo é: se proteja até que não se possa comunicar mais, ou ser visível até ficar desprotegida".

● (Entrevistada Brasil)

"Nos expomos e expomos as pessoas que amamos. De uma forma sem má intenção, a correria, o dia a dia, as pressões que temos, são muitas exigências que permitem que nos esqueçamos disso que é tão importante: a privacidade, cuidar de nossos dados, a quem os damos, de qual maneira. Agora são importantes outras formas de comunicação alternativas, usá-las com um compromisso político, esse enfoque pode funcionar para que o interiorizemos mais, é assim que funciona comigo".

● (Entrevistada México)

É fundamental explorar as opções ativas e deliberadas que realizam as ativistas pelo direito de decidir para lidar com os riscos derivados de sua exposição. Se manterem seguras através de uma exposição *online* reduzida contradiz a visibilidade requerida em campanhas efetivas realizadas pela internet ou em ações de acompanhamento cara a cara; este é um grande dilema particularmente para as que se dedicam à sensibilização e o desenvolvimento de campanhas, assim como a ações de apoio a mulheres que querem abortar.

Na luta pela autonomia dos corpos, as ativistas e coletivas se dão conta que o uso das TIC implica novas vulnerabilidades e riscos, alguns difíceis de compreender de antemão, alguns óbvios e intrínsecos quando se está *online*. A maioria das ativistas entrevistadas para esta pesquisa se sentem obrigadas a conciliar uma visibilidade na internet, e percebem o anonimato como incompatível com seu ativismo. As ativistas frequentemente se encontram nos dois extremos do regime de visibilidade: anonimato relativo versus exposição total. Este dilema afeta constantemente a forma em que navegam em entornos hostis enquanto tentam maximizar seu alcance e administrar os riscos que sua exposição carrega.

Por exemplo algumas ativistas localizadas na Argentina se consideram como seguras sempre e quando mantenham suas atividades longe do foco público. Por outro lado, o coletivo Las Libres no México assinala que para elas a visibilidade completa é uma estratégia melhor de proteção. Portanto, navegar no dilema da visibilidade versus o anonimato relativo é altamente contextual e está estreitamente relacionado com a estrutura das oportunidades políticas, o nível de criminalização e as realidades cotidianas das comunidades ativistas.

Agora, inclusive quando as coletivas decidem ser visíveis, seguem correndo o risco de ser silenciadas mediante a censura. Os sites da internet que difundem informação sobre o aborto podem se encontrar sob uma jurisdição onde o aborto é ilegal. Portanto, o provedor do site pode bloquear uma página em particular. Em segundo lugar, as empresas que provêm hospedagem de conteúdos podem suspender seus serviços se se encontram sob ataques da Denegação de Serviço Distribuído (DDoS) para evitar afetar negativamente a seus outros clientes. Existem os serviços do tipo de **servidores éticos** que oferecem alojamento fora dos interesses comerciais, podem não contar com a infraestrutura técnica suficiente para enfrentar a este tipo de ataques. Além disso, as páginas alojadas em serviços como Facebook, Blogger ou Youtube correm o risco de ser bloqueadas como resultado de uma campanha de denúncias coordenadas.

Por tudo isso é importante que as coletivas operem uma tomada de decisões ativa e deliberada sobre onde hospedam seus sites na internet, e avaliem criticamente em que medida participam nas plataformas e redes comerciais. Os termos de uso e as políticas associadas com estas plataformas podem por em risco seus conteúdos assim como seus contatos.

Considerações finais

Este estudo apresenta o valente trabalho das ativistas pelo direito de decidir formando redes de resistência, solidariedade e apoio para que as mulheres que carecem dos recursos necessários – jurídicos, financeiros, físicos ou emocionais – possam ter acesso a um aborto seguro no contexto da ALC. Demonstra como as ativistas usam as TIC e Internet de forma deliberada e criativa para superar as limitações e para expandir seu alcance. Porém, ainda quando as TIC oferecem novas oportunidades para fortalecer seu trabalho, também geram novas vulnerabilidades. Tanto nos espaços online como fora da internet, estas coletivas são hostilizadas, atacadas e criminalizadas por suas opiniões políticas e por dividir informações sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Esta pesquisa também demonstra como as defensoras e ativistas pelo direito de decidir optam por marcos feministas na implementação de enfoques coletivos e holísticos para a segurança. Se esta pesquisa fomenta usos e práticas de TIC mais seguras, também reconhece a necessidade de desenvolver recursos específicos para estas ativistas.

Para concluir, os pontos-chave desta pesquisa são os seguintes:

1. As TIC e Internet apresentam oportunidades estratégicas para construir conhecimento, estabelecer vínculos entre as redes de ativistas e as mulheres que buscam informação sobre aborto, para superar os sentimentos de solidão e isolamento devido o estigma, e para participar em campanhas e atividades de sensibilização.
2. A pesquisa ilustra claramente que as ativistas são propensas a riscos e vulnerabilidades sobre seus usos das TIC.
3. A pesquisa demonstra que a internet e as TIC são usadas para complementar o trabalho cara a cara das ativistas e para se organizarem quando se expõem a riscos e ameaças.
4. A capacidade das ativistas para lidar com os ataques digitais é desigual e, em certas ocasiões, depende muito dos conhecimentos técnicos de terceiros.

Esta pesquisa também reconhece a necessidade de desenvolver recursos para chegar às mulheres e aliadas que vivem em áreas urbanas, rurais e remotas. Os vínculos entre esses grupos e as redes de proteção digital deveriam se fortalecer para manter uma comunicação e uma distribuição mais segura dos conteúdos a favor do direito de decidir. Uma menor dependência das plataformas e aplicativos comerciais e convencionais pode ajudar a fortalecer a resiliência das redes pelo direito de decidir quando enfrentam ataques virtuais.

A segurança digital está estreitamente relacionada com a integridade física, o autocuidado e o bem-estar psicossocial. E se trata de uma busca coletiva para garantir que os corpos das mulheres já não sejam campos de batalha, e para que as defensoras, as ativistas pelo direito de decidir e as mulheres que apoiam sigam trabalhando juntas para aprender, dividir, articular e experimentar com a tecnologia.

I. GLOSSÁRIO

Abortos não puníveis: O aborto, em muitos países da América Latina, pode ser considerado como um delito exceto quando se desenvolve sob certas circunstâncias previstas pela legislação e com prévia autorização judicial. A não punibilidade do aborto se estabelece nos países com diferentes exceções: em caso de abuso sexual ou estupro, risco de vida da gestante e/ ou inviabilidade do feto.

Anti-Trojans: um *trojan* ou cavalo de tróia é um programa que parece ser legítimo, mas na realidade oculta um código maligno (malware) normalmente destinado a facilitar a entrada de um atacante, ou assegurar seu retorno, abrindo as portas para isso ou ocultando informação ao usuário legítimo para impedir a detecção da entrada e/ ou mudanças feitas nos programas legítimos da máquina. A expressão anti-trojans se refere a um tipo de anti-vírus específico para computadores.

Criptografia: método que permite aumentar a segurança de uma mensagem ou um arquivo mediante a codificação do conteúdo, de forma que somente possa ler a pessoa que tenha a chave de criptografia adequada para decodificá-lo. Sobre a criptografia ponta a ponta (ou fim a fim), este é um método que assegura que pouco antes de que a mensagem saia do dispositivo e viaje pela rede, a informação se criptografa para que os dispositivos emissor e receptor possam decifrar os conteúdos. Assim, mesmo que a mensagem navegue por diferentes servidores, estes não terão a capacidade de ler o conteúdo da mensagem.

Descriminalização: significa reconhecer a complexidade do fenômeno que implica tomar uma decisão preferível a uma maternidade não desejada ou que não se pode assumir. Decidir a interrupção de uma gravidez nunca é fácil na clandestinidade. Em especial quando se pratica em contexto de forte condenação social. As mulheres enfrentam, no imaginário e na realidade, o risco da sua própria morte. Entender o aborto como um sintoma de nossas sociedades implica não reduzir as mulheres à condição de vítimas de suas situações, mas sim considerá-las protagonistas. (Fonte: Marta I. Rosenberg)

Despenalização: a penalização impõe sofrimentos, mortes, humilhações que afetam a vida das mulheres e que geram responsabilidade estatal, social e política pela vulnerabilização de seus direitos. A despenalização busca transformar a prática escondida e silenciada do aborto e reivindicar os direitos e a dignidade das mulheres protagonistas. Se bem o termo despenalizar remete ao âmbito jurídico, é intencional

assumir esta noção na reflexão intercultural, social e religiosa, já que permite afirmar que não é o suficiente a existência de um conjunto de normas jurídicas, de leis, de penas, de sanções, etc., para regulamentar a vida e garantir os direitos das pessoas; isto também passa pela apreensão, incorporação, conscientização e significação que a sociedade assimila ou rejeita sobre as normas estabelecidas. Um exemplo disso se evidencia com o tema do aborto, persistem resistências sociais, culturais, morais, religiosas e em outros âmbitos, que penalizam a consciência e o direito de decidir, especialmente das mulheres e impedem o exercício livre e responsável deste direito (Fonte: Martha I. Rosenberg e CDD).

Desestigmatização : Muitas mulheres que decidem interromper uma gravidez, ainda que nas três causas despenalizadas, continuam sendo estigmatizadas social e moralmente. E, em consequência, carregam culpas que impedem ou atrasam possibilidades de libertar sua consciência diante uma decisão que por si só é ética e moralmente responsável. A desestigmatização significa reconhecer que a complexidade do fenômeno do aborto implica revisar uma série de atribuições pejorativas direcionadas para as pessoas que tomam uma decisão preferível a uma maternidade não desejada ou que não se pode assumir. Em qualquer circunstância as mulheres não abortam por capricho.

DNS : Conhecidos popularmente como as terminações das URLs (.net .org .com .br) o DNS é como o número de telefone de uma casa. É conhecido como sistema de nomes de domínio (DNS, por suas siglas em inglês Domain Name Service) e serve para interpretar e reconhecer o endereço de IP do servidor onde está hospedado o domínio que queremos acessar.

DoS : em segurança informática, um ataque de denegação de serviço, também chamado como ataque DoS (por suas siglas em inglês) é um ataque a um sistema de computadores em rede que torna que um serviço ou recurso seja inacessível aos usuários legítimos. Os ataques DoS se geram mediante a saturação das portas com múltiplos fluxos de informação, fazendo que o servidor se sobrecarregue e não possa seguir prestando seu serviço. (Fonte: Wikipedia).

DDoS : uma ampliação do ataque DoS é o chamado ataque de denegação de serviço distribuído (DDoS por suas siglas em inglês) o qual se faz gerando um grande fluxo de informação desde vários pontos de conexão. A forma mais comum de realizar um DDoS é através de uma rede de bots, sendo esta técnica o ciberataque mais comum e eficaz por sua simplicidade tecnológica (Fonte: Wikipédia).

Escrachos : é o nome dado na Argentina, Uruguai, Paraguai e Espanha, dentre outros, a um tipo de manifestação em que um grupo de ativistas se dirige ao domicílio ou lugar de trabalho de alguém que se quer denunciar. Se trata de uma gíria para se referir a um método de protesto baseado em ação direta, que tem como finalidade que as denúncias se façam conhecidas à opinião pública (Fonte: Wikipédia).

Grupos anti-direitos : ativistas que proclamam o direito a nascer do produto de uma concepção, portanto, contrários ao aborto.

Grupos pró-direitos : Ativistas que proclamam o direito das mulheres a interromper sua gravidez.

Internet profunda (Deepweb) : se conhece como internet profunda, internet invisível ou internet oculta o conteúdo de internet que não é indexado pelos mecanismos de busca convencionais, devido a diversos fatores. O termo é atribuído ao informático Mike Bergman (Fonte: Wikipédia).

IP : Internet Protocol (em português “Protocolo de Internet”) ou IP é um protocolo de comunicação de dados digitais. Sua função principal é o uso bidirecional em origem ou destino de comunicação para transmitir dados mediante um protocolo não orientado a uma conexão que transfere pacotes comutados através de diferentes redes físicas previamente ligadas segundo a norma OSI de link de dados. O usuário, ao se conectar desde sua casa à internet, usa um endereço de IP. Este endereço pode se modificar ao reconectar. A possibilidade de mudança de endereço do IP se denomina endereço de IP dinâmico. Os sites da internet que por sua natureza precisam estar permanentemente conectados, geralmente têm um endereço de IP fixo (ou IP estático) ou seja, que não muda com o tempo. Para os servidores de e-mail, dns, ftp públicos, servidores de rede, é conveniente que tenham um endereço de IP fixo ou estático, já que desta forma se facilita sua localização (Fonte: Wikipédia).

IPI : Informação Pessoal Identificável (em inglês: Personally Identifiable Information, abreviado PII), é um conceito usado em segurança da informação. Se refere à informação que pode ser usada para identificar, contatar ou localizar uma pessoa no físico, ou pode ser usada, junto a outras fontes de informação, para localizar. As definições legais, especialmente no contexto do direito à honra e à intimidade ou privacidade, variam em cada país (Fonte: Wikipedia).

ALC : América Latina e Caribe.

Legalização : a ilegalidade do aborto cria um problema de saúde pública que pode ser resolvido pela sua despenalização e legalização. Os debates sobre legislação giram em torno de questões de saúde pública e do direito.

Metadados : os rastros digitais também incluem pedaços de dados que são criados sobre seu conteúdo e que em sua maioria são invisíveis, comumente chamados “metadados”. Estes rastros são quase sempre criados de forma passiva, sem que você se dê conta necessariamente, ou sem que você o consinta. Por exemplo, seus hábitos de navegação e endereço de IP são compartilhados entre sites da internet que você visita e os serviços que utiliza para poder realizar um acompanhamento de seu comportamento e vender produtos através da publicidade (Fonte: Manual Zen y el arte de la tecnología que funcione para tí).

PGP : em inglês Pretty Good Privacy (privacidade muito boa) ou PGP remete a um programa cuja finalidade é proteger a informação distribuída através da internet mediante o uso de criptografia de chave pública, assim como facilitar a autenticação de documentos por assinaturas digitais.

Servidores éticos : se não há um acordo sobre a definição, um dos aspectos que em comum se destaca neste tipo de servidores é o de sobrepor o direito à privacidade, ao anonimato e o direito a um devido processo dos e das usuárias à busca de lucro ou o comércio com seus dados. Alguns servidores éticos procuram também romper com a assimetria de poder na relação servidor-cliente. Existem, além disso, servidores cujos administradores assinalam a assimetria de gênero, a responsabilidade ambiental, o compromisso social, a segurança, entre outras. Em geral se sustentam graças ao trabalho voluntário e/ ou modelos de auto emprego e sustentabilidade derivados de contribuições econômicas por parte de suas/ seus usuárias/ os.

VPN : Virtual Private Network (em inglês) é uma Rede Privada Pirtual (RPV) e funciona como uma tecnologia de rede de computadores que permite uma extensão segura da Rede de Área Local (LAN, sigla em inglês) sobre uma rede pública não controlada como Internet. Permite que o computador na rede envie e receba dados sobre redes compartilhadas ou públicas como se fosse uma rede privada, com toda a funcionalidade, segurança e políticas de gestão de uma rede privada. Isto se realiza estabelecendo uma conexão virtual ponto a ponto mediante o uso de conexões dedicadas, criptografia ou a combinação de ambos métodos (Fonte: Wikipedia).

WHOIS : é um protocolo TCP baseado em pedido/ resposta que se usa para fazer consultas em uma base de dados que permite determinar o proprietário de um nome de domínio ou um endereço de IP na internet. As consultas WHOIS se realizam tradicionalmente usando uma interface de linha de comandos, mas atualmente existem muitas páginas da internet que permitem realizar estas consultas (Fonte: Wikipedia).

Para aprender mais sobre privacidade e segurança digital, recomendamos os seguintes recursos:

<https://securityinabox.org/pt/>

<https://myshadow.org/pt>

<https://gendersec.tacticaltech.org>



SITUAÇÃO LEGAL DO ABORTO

- Permitido sob qualquer causa
- Permitido sob algumas causas
- Penalizado em todas as suas formas



Entrevistas



Questionários



Total de relatos

Países que não estão incluídos no estudo ○

* Durante o desenvolvimento do estudo, os testemunhos do Chile vinham de um contexto no qual o aborto estava totalmente penalizado.

Ficha 5: dados qualitativos recolhidos para o estudo

II. METODOLOGIA

Esta pesquisa se demarca na metodologia de “Não causar danos” da Tactical Tech que põe a segurança e o bem estar dos grupos e das comunidades específicas que representam no centro de todas suas atividades. Esta metodologia começa com a decisão de só fazer uma pesquisa se esta não põe em perigo nenhuma das pessoas e organizações envolvidas. Este processo é acompanhado por um plano de contingência para enfrentar a eventualidades inesperadas e para avaliar como se trabalharão com os dados sensíveis recopilados. Finalmente, a política do Não causar danos considera se o custo de fazer uma pesquisa vale a pena tendo em conta se o tempo investido e os recursos disponíveis serão frutíferos para todos os grupos e pessoas envolvidas.

Esta pesquisa se baseia em uma metodologia “triangular” que combina técnicas qualitativas e quantitativas. Acreditamos que as metodologias complementares melhoram a pesquisa ao permitir múltiplos níveis de análise, proporcionando uma visão multidimensional do problema.

Por uma parte, esta pesquisa se centrou nas páginas e redes sociais da internet das ativistas e coletivos pró-direitos. Esta análise se concentrou em observar os níveis de dificuldade no campo da Informação Pessoal Identificável (IPI), adotando a perspectiva de possíveis adversários interessados em tirar do anonimato as pessoas pró-direitos, por exemplo. Também se buscou entender melhor a presença e ocupação do ciberespaço por parte de grupos e sujeitos, observar a criação de comunidades online e rastrear as relações e solidariedades transfronteiriças entre estas ativistas e seus coletivos. Para isso, o enfoque na análise de 14 páginas da internet, assim como uma análise mais profunda de 14 contas do Twitter, todas elas selecionadas a partir das ativistas entrevistadas.

Por outra parte, se realizou uma pesquisa qualitativa através da revisão bibliográfica de estudos e informes, a elaboração e distribuição de um questionário online semi-aberto completo por 38 ativistas, assim como a realização de 17 entrevistas em profundidade gravadas em formatos de áudio ou respondidas por e-mail.

As entrevistas consistiram em quatro grandes perguntas sobre:

1. Quais TIC as ativistas usam, e como as usam?
2. Quais são as vantagens de usar as TIC?
3. Quais são os riscos e ataques relacionados com o seu uso das TIC?
4. Quais são suas necessidades para fortalecer seu ativismo para o direito de decidir?

As 17 entrevistadas abarcam 10 países da América Latina e Caribe e foram reunidas ao longo de 12 meses (dezembro 2015/ dezembro 2016) através do método de amostragem de bola de neve. Esta é uma técnica de amostragem não probabilística. É interessante quando se quer chegar a populações que são difíceis de encontrar seja porque são reduzidas ou porque são sujeitas a processos de estigmatização ou criminalização.

Em complemento a estas entrevistas, foi realizado um questionário online composto por 15 perguntas abertas e 8 perguntas fechadas. Este questionário buscou aprofundar nas motivações que guiam o ativismo, a perspectiva relativa aos riscos que enfrentam, o uso das TIC em geral, assim como das ferramentas de privacidade e segurança. Este questionário foi respondido por 38 ativistas que trabalham com o tema em 13 países da ALC. Este conjunto de dados permite complementar e validar contribuições das entrevistas qualitativas habilitando, ao mesmo tempo, aprofundar nos matizes próprios aos contextos nacionais dos vários países contemplados na amostra.

Finalmente, em setembro de 2017, Tactical Technology Collective organizou o “Instituto de Gênero e Tecnologia: Toma o controle de seus dados” em colaboração com Women Help Women (<https://womenhelp.org>). 35 mulheres ativistas pelo direito de decidir envolvidas em redes que dão informação, assessoramento e/ ou apoio direto a mulheres que buscam abortos seguros participaram deste evento.

III. Referências:

ROSENBERG, Marta ¿Quienes son esas mujeres? In ZURBRIGGEN, Ruth.

ANZORENA, Claudia. El aborto como derecho de las mujeres. Otra historia es posible. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2013.

ROSTAGNOL, Susana. Aborto voluntario y relaciones de género: políticas del cuerpo y de la reproducción. 2016.

Católicas Por el Derecho a Decidir Colombia: Argumentos Socioculturales y Religiosos para hablar del Aborto Inducido. Mayo 2017. ISBN 978-958-59663-1-4

CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS

Pesquisa e autoria do estudo: Alexandra Hache (Tactical Technology Collective) e Mayeli Sanchez Martinez (Accion Directa Autogestiva)

Editora: Florencia Goldsman

Versão curta em inglês: Semanur Karaman

Infográficos e desenho: Diana Moreno

Agradecimentos: esta pesquisa não teria sido possível sem a existência das redes solidárias e as cumplicidades que tem lugar entre diferentes feministas da América Latina. Queremos agradecer especialmente a Intui e Joana, às integrantes de nossa maravilhosa lista ciberfeminista e às ativistas e coletivas que dedicaram o tempo para responder nossas perguntas: Claudia Anzorena, Ketty Scheider, Lucía Egaña Rojas, Patricia Irene Fanjul, Las libres, assim como aquelas que deram seus testemunhos anonimamente.

Agradecemos também a Mariluz Congosto (<http://barriblog.com>) por nos ajudar na coleta de dados da plataforma Twitter, gerar a visualização e suasanálise.

Finalmente, agradecer a nossas revisoras do estudo sobre o qual se baseia este artigo: @petaloso, Roslyn Cruz, Sara Larrea (Women Help Women - womenhelp.org), Daysi, Kelly Inés Perneth e Anais Córdova Páez (integrantes da Colectiva Salud Mujeres Ecuador).

